

**INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E
DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR:
RELATO DE EXPERIÊNCIA**

INCLUSION OF STUDENTS WITH AUTISTIC SPECTRUM DISORDER AND
INTELLECTUAL DISABILITY IN SCHOOL PHYSICAL EDUCATION CLASSES:
EXPERIENCE REPORT

Aline Clézia de Sousa Lima¹

Francisco Tiago de Souza Costa²

Israel Tadeu Pio dos Santos³

Prof. Francisco Girleudo Coutinho (orientador)⁴

RESUMO

O termo deficiência está ligado às pessoas que possuem dificuldades mais elevadas ao desempenhar determinada atividade em sociedade de maneira igual devido a alguma limitação existente. Essa restrição pode ocorrer por duas condições, sendo ela a congênita, na qual a alteração se dá por fatores hereditários ou má formação durante a gestação, e a deficiência adquirida, sendo esta advinda de fatores externos, tais como: doenças, acidentes, infecções e/ou traumatismos. Este estudo tem como objetivo descrever as vivências em que os autores tiveram oportunidade de presenciar aulas em que havia alunos com transtorno do espectro autista e deficiência intelectual, nas quais puderam observar como se dava a interação entre aluno-professor. A amostra é constituída pelo relato de experiência vivenciado pelo pesquisador¹, dentro do âmbito escolar junto a alunos com deficiência intelectual (D.I) e transtorno do espectro autista (TEA) durante as aulas práticas e teóricas de educação física. O autor¹ relata que presenciou vivências de três professores diferentes com alunos com distintas deficiências. Conclui-se que, neste trabalho, foram realizadas pesquisas e análises aprofundadas sobre relato de experiência: inclusão de alunos com deficiência nas aulas de educação física. Ao longo do estudo, foi possível identificar e discutir os principais aspectos relacionados ao tema, bem como suas implicações e desafios.

Palavras-chave: Inclusão. Deficiente Intelectual. Transtorno do Espectro Autista. Educação Física Escolar.

ABSTRACT

The term disability is linked to people who have greater difficulties in performing a certain activity in society equally due to some existing disability, it can occur due to two conditions, being congenital that the change is due to hereditary factors or malformation during pregnancy, an acquired disability arising from external factors, such as: illnesses, accidents, infections and/or trauma. This study aims to describe the experiences where the authors had the opportunity to give face-to-face classes in which students had autism spectrum disorder and intellectual disability, where they were able to observe how the interaction between student and teacher took place. The sample is found through the experience reported by the researcher¹, within the school environment with students with intellectual disabilities (ID) and autism spectrum disorder (ASD) during practical and theoretical physical education classes. The author¹ reports that he witnessed the experiences of three different teachers with classes with specific disabilities. It is concluded that in this work, in-depth research and analysis were carried out on the experience report: inclusion of students with disabilities in physical education classes. Throughout the study, it was possible to identify and discuss the main issues related to the topic, as well as their implications and challenges.

Keywords: Inclusion. Intellectually disabled. Autism Spectrum Disorder. School Physical Education.

¹ Acadêmico de graduação em educação física Licenciatura do Centro Universitário Ateneu - Unidade Lagoa da Messejana. E-mail: alineclezia1@gmail.com.

² Acadêmico de graduação em educação física Licenciatura do Centro Universitário Ateneu - Unidade Lagoa da Messejana. E-mail: t15sousacosta@gmail.com

³ Acadêmico de graduação em educação física Licenciatura do Centro Universitário Ateneu - Unidade Lagoa da Messejana. E-mail: tadeuisrael99@gmail.com,

⁴ Professor docente do Curso de educação física do Centro Universitário Ateneu - Unidade Lagoa da Messejana. E-mail: girlleudo.silva@professor.uniateneu.edu.br

1 INTRODUÇÃO

O termo deficiência está ligado às pessoas que possuem dificuldades mais elevadas ao desempenhar determinada atividade em sociedade de maneira igual devido a alguma limitação existente. Tal restrição pode ocorrer por duas condições, sendo ela a congênita, na qual a alteração se dá por fatores hereditários ou má formação durante a gestação, e a deficiência adquirida, sendo esta advinda de fatores externos, tais como: doenças, acidentes, infecções e/ou traumatismos (WHO, 2011).

Para além do tipo, existem as classificações que são de ordem: intelectual, sensorial, física e múltipla. No caso da deficiência intelectual, ela é dada como uma interrupção no desenvolvimento das funções mentais, fato que gera um entrave intelectual. Essa deficiência poderá se apresentar de maneira leve, moderada, grave e profunda, fazendo com que a cada aumento do grau da deficiência a pessoa fique cada vez mais dependente de outra pessoa para executar determinadas atividades (KE; LIU, 2015).

Diferencia-se deficiência sensorial, quando há um mau funcionamento ou ausência de um ou mais sentidos, podendo ser, surdo, cego ou até mesmo surdo e cego (MASINI, 2003).

A deficiência física é caracterizada pelo comprometimento da mobilidade devido alguma modificação no segmento corporal (MACEDO, 2008), podendo se apresentar sob as formas de: paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral e membros com malformação.

É classificada como deficiência múltipla, quando houver a presença de mais de uma deficiência em um mesmo indivíduo, sendo exemplos, surdo e cego ou deficiência motora e intelectual, ou seja, sempre que houver duas deficiências atreladas em uma mesma pessoa (BRASIL, 2008).

Segundo o IBGE (2021), as pessoas com deficiência estão presentes em todas as regiões do país, entre as quais 14,4 milhões se encontram em áreas urbanas e 2,9 milhões nas áreas rurais, sendo assim: 9,9% na região nordeste, sendo a localidade do país com mais pessoas com deficiência, 8,1% na região Sudeste, 8,0% no Sul, 7,7% no norte, e, por fim, 7,1% na região Centro-oeste.

Conforme BRASIL (1988), o sistema educacional deve ser inclusivo em todos os graus, assim o artigo 208, traz a Educação Básica como algo gratuito e imprescindível na vida das crianças e adolescentes dos 4 aos 17 anos. Além disso, essa legislação assegura que é dever do Estado garantir atendimento educacional especializado para as pessoas com deficiência, priorizando as escolas de ensino regular. Ressalta-se ainda, respectivamente, nos artigos 205 e 206, que a educação é um direito de todos, para que assim possa ser garantido o pleno desenvolvimento da pessoa, bem como o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho e a igualdade de condições no acesso e permanência na escola.

De acordo com a CNE/CP N° 9/2001, a inclusão de crianças na escola é algo cada vez mais importante dentro da educação. Por isso, no contexto de educação inclusiva, a escola precisa ser aberta para todos, pois dessa forma será um ambiente onde todos aprenderão juntos, o aluno com e sem necessidades especiais, independente da sua dificuldade. É importante destacar que todas as disciplinas passam por este processo, mas a educação física é primordial, já que transforma o processo de exclusão em inclusão. Sabemos que nas aulas práticas os alunos dividem o mesmo espaço e participam das mesmas atividades, logo a educação física tem um papel importantíssimo quando trazemos em pauta a inclusão de crianças com deficiência dentro da escola.

O objetivo deste estudo é descrever as vivências em que os autores tiveram oportunidade de presenciar aulas em que havia alunos com transtorno do espectro autista (TEA) e deficiência intelectual (DI), podendo observar como se dava a interação entre aluno-professor. Será abordado as observações feitas mediante a postura do professor, bem como quais são as semelhanças e divergências no que diz respeito à inclusão desses alunos nas aulas.

Os autores ainda afirmam que se torna importante e necessário que se identifique a inclusão das crianças com TEA e DI nas aulas de educação física escolar. É muito importante saber como se desenvolvem essas aulas dentro das escolas para essas crianças, pois é fundamental verificar se elas estão sendo incluídas ou se apenas estão inseridas no âmbito escolar, visto que há casos em que esses discentes só estão integrados, fato que poderá interferir negativamente na vida dessas crianças futuramente.

Posto isso, esse relato se torna relevante, pois para que haja a inclusão dessas crianças é imprescindível que se tenha professores cientes dessa

importância para que possam procurar se qualificar cada vez mais, buscando sempre identificar de qual maneira ele poderá incluir os alunos com TEA e DI nas aulas de educação física e, assim, contribuir de forma direta ou indireta na formação do aluno.

2 METODOLOGIA

2.1 TIPOS DE ESTUDO

O presente estudo trata de um relato de experiência, no qual os autores irão expor suas experiências vividas e assistidas no âmbito escolar, dentro do contexto das aulas de educação física com a inserção de alunos com deficiência.

2.2. LOCAL E PERÍODO DO ESTUDO

A pesquisa é composta pela experiência do autor¹, tanto fora do âmbito acadêmico, como dentro da grade curricular do curso de educação física do centro universitário ateneu, na disciplina de estágio supervisionado, nas regiões metropolitanas de Fortaleza, dentro do período de um ano da publicação desta pesquisa.

3 RESULTADOS

Foi observado durante as experiências, por um dos autores, as vivências de alunos com transtorno do espectro autista e deficiência intelectual, durante as aulas de educação física, e a postura do professor frente a esses alunos.

O pesquisador¹ relata que presenciou vivências de três professores diferentes com alunos com distintas deficiências. No primeiro caso, o professor tinha alunos com deficiência intelectual, com idade entre 17-20 anos, em turmas separadas. Os discentes em questão não verbalizavam com facilidade, um dos educandos não sabia ler nem escrever por conta própria, apenas copiava tal qual, já o outro estava no processo para aprender a ler, mas não escrevia por conta própria, a comunicação com ele era complexa, pois o jovem falava de forma clara, porém a comunicação se resumia em respostas curtas e vagas.

Os autores perceberam que por mais que ambas as alunas tivessem dificuldades semelhantes, a individualidade de cada uma delas refletia na intensidade de suas limitações.

Em ambos os casos, durante as aulas teóricas, os alunos não recebiam a devida atenção do professor, já que por conta da deficiência não tinham o mesmo desenvolvimento dos demais alunos, então ficavam apenas como telespectadores da aula, não havendo nenhum tipo de interação entre professor e aluno. Nas aulas práticas, eles executavam as atividades normalmente com os outros alunos, independente de qual fosse o exercício, contudo, a atividade deveria ser explicada de forma diferente ou mais de uma vez para que pudesse ser compreendido o que deveria ser feito e, em alguns, casos necessitava-se da apresentação do movimento que seria executado por eles.

Durante a vivência, foi possível observar que nenhuma das aulas práticas e teóricas propostas pelo professor trabalhava nos alunos o aspecto de inclusão social, seja ela em forma de atividades, exercícios, filmes e/ou reflexões. Acreditamos que se a inclusão fosse trabalhada dentro das aulas, os impactos positivos dessa ação teriam sido benéficos para os alunos com DI da turma, contribuindo de forma direta e/ou indireta no aspecto social deles.

No segundo caso, um professor conduzia uma turma que comportava dois alunos com TEA não verbal, com idade entre 5-9 anos. Durante as aulas práticas um dos alunos ficava solto dentro das atividades, assim foi observado pelo autor¹ que mesmo a professora tentando incluir o educando nas atividades, na maioria das vezes não tinha êxito devido à agitação dele. Já o outro aluno apresentava um comportamento mais tranquilo, então este conseguia participar da aula de forma integral ou de mais da metade dela, quando o aluno começava a ficar agitado ou não quisesse mais participar da aula o professor disponibiliza atividades alternativas pra ele fazer, geralmente a atividade envolvia pecinhas coloridas de montar ou encaixar.

Na terceira vivência, o docente ministrava aula para uma classe com um aluno com transtorno do espectro autista com idade entre 15-17 anos, discente que verbalizava, contudo, sua fala era bastante comprometida por ainda está em fase de aprendizagem, mesmo assim o educando procurava sempre interagir em sala, por mais que muitas vezes o que ele falava não tivesse muito a ver com o assunto da aula. Ademias, foi observado que a fala desse aluno era por vezes incompreensível,

necessitando em alguns momentos do auxílio do cuidador para comunicar-se com os professores e os colegas. Ainda vale destacar que por poucas vezes a fala do aluno era levada em consideração pelo professor. O autor¹ descreve que era perceptivo o semblante de frustração no rosto do aluno quando ele não era ouvido pelo professor, mesmo o docente estando muito próximo do aluno sendo quase impossível não escutar.

Durante as aulas teóricas, foi percebido que o professor em alguns momentos ignorava a fala do aluno, não dando atenção, e quando o aluno conseguia o professor por vezes pedia para o aluno se dirigir ao profissional de apoio e, só então, o cuidador repassava a informação para ele. As atividades práticas eram mais aproveitadas, pois o estudante conseguia praticá-las normalmente por não possuir suas funções motoras comprometidas, durante as práticas sempre tinha ajuda dos colegas de classe e do professor para execução das atividades propostas.

4 DISCUSSÕES

Os alunos com DI supracitados tinham uma condição de fala limitada ou pelo bloqueio na comunicação verbal ou pela própria dificuldade fonológica, além de apresentarem dificuldade para raciocinar e escrever com suas próprias palavras. Santos (2012) mostra em seu estudo que a deficiência intelectual além de impactar na função cognitiva, o que gera um QI abaixo da média, afeta o indivíduo em seu aspecto emocional, social e prático, prejudicando também a sua habilidade de comunicação e interação social.

Santos (2012) ainda afirma que, dentro do processo de ensino, as limitações que a pessoa com DI enfrenta podem ser minimizadas com práticas de ensino que trabalhem com base nas limitações existentes. Dado estas considerações, os autores desta pesquisa afirmam que o professor de educação física tanto pode, quanto deve, colaborar para tentar diminuir os impactos da deficiência na vida do aluno, podendo usar atividades que trabalhem no educando sua comunicação e, assim, contribuir para sua interação com os colegas de sala.

Durante as aulas teóricas, os alunos com DI citadas anteriormente não tinham uma atenção satisfatória do professor, eram apenas ouvintes em sala. Greguol *et al.* (2018) diz que a postura dos professores de educação física perante a inclusão de

alunos com deficiência, por muitas vezes, mostra-se de forma negativa, uma vez que muitos professores têm receio de não ter qualificação ou os conhecimentos necessários para trabalhar com os alunos, por mais que tenham ciência da importância dos benefícios para esses educandos. Com isso, a inclusão não acontece de maneira eficaz, principalmente, no que se refere aos alunos com deficiência intelectual. Acreditamos que a inclusão perpassa apenas “o colocar” o aluno com deficiência para fazer atividades com a turma como um todo, porém ele precisa trabalhar para que aquela atividade afete positivamente a vida e o desenvolvimento não apenas do aluno com deficiência, mas de todos que estão participando de modo ativo das aulas.

As aulas práticas para esses alunos eram diferentes das aulas teóricas, já que eles necessitavam do professor para entender qual movimento teria de executar, então o contato com eles era mais efetivo, pois para explicar era necessário dizer o movimento e algumas vezes demonstrar. Contudo, a interação social com os demais colegas e professor ainda era bastante precária, partindo do fato da dificuldade de comunicação verbal limitada dos alunos, todavia, essa questão poderia ser trabalhada também dentro das aulas práticas. Segundo estudos envolvendo crianças e adolescentes com DI realizados por Ferreira (2014), utilizando alguns conteúdos propostos pela educação física dentro da cultura corporal, foi possível notar melhora no desenvolvimento das habilidades sociais desses indivíduos.

A promoção de estímulos favoráveis ao desenvolvimento cognitivo, social, motor e afetivo foi observada a partir de estímulos sistematizados, tirando por base as vivências dos alunos (FERREIRA, 2014). Por mais que o aluno com DI não apresente limitações motoras que necessite de uma intervenção mais direta do professor de educação física, as atividades necessitam ser trabalhadas em prol do desenvolvimento de suas habilidades para que o estudante adquira uma independência maior.

As crianças com transtorno do espectro autista tanto verbal quanto não verbal, possuíam comportamentos distintos durante a aula, na qual um conseguia interagir de partes da aula, já o outro tinha um comportamento mais agitado, com isso não interagia com os outros alunos durante os exercícios. Contudo, ambos gostavam de atividades que tivessem objetos coloridos, como por exemplo, pecinhas de montar. De acordo com Dias e Borragine (2020), normalmente as crianças com TEA não demonstram desejos para prática de atividades físicas em

grupo, e com isso não possuem uma boa aptidão física, fato que ocorre também pela falta de interação social. A postura do professor diante do comportamento do aluno com TEA dentro de sala durante as atividades práticas é de suma importância para tentar ao máximo trabalhar, principalmente, a interação social e a inclusão, tendo em vista que isso afetará positivamente o desenvolvimento da criança no decorrer da vida.

Por outro lado, o educando com TEA verbal que tinha entre 14-17 anos, por ter uma idade mais avançada e consecutivamente maior desenvolvimento em suas habilidades e vivências, conseguia ter uma maior interação no ambiente escolar, por mais que apresentasse dificuldade em sua fala. É ressaltado, ainda, que há possibilidades da criança, após o crescimento, ter uma melhora no aspecto da interação interpessoal (DIAS; BORRAGINE, 2020). Quando a criança vai crescendo ela recebe vários estímulos através do ambiente em que é rodeada, isso influenciará no nível de desenvolvimento e em como esse processo se dará. Tanto a interação social quanto o relacionamento interpessoal da criança com TEA é influenciada não apenas pelo nível do transtorno, mas também pela quantidade de estímulo que ela recebe durante seu crescimento.

No decorrer das aulas teóricas, o aluno sempre se mostra interessado pela fala do professor, sempre tentando interagir, entretanto nem todas as perguntas que o estudante faz para o professor é em sua totalidade referente à aula, algumas vezes uma palavra o remete a alguma lembrança ou curiosidade e partindo daí, já se põe a falar sobre, todavia, poucas vezes era atendido pelo professor. Estudos realizados por Adurens e Vieira (2018) mostram que a falta de preparo dos educandos influencia na inclusão dos alunos com transtorno do espectro autista, isso pode estar relacionado ao déficit na formação dos profissionais no que se refere a inclusão, tendo que partir do desejo pessoal dos professores a busca por uma capacitação relacionada a essa temática. Incluir nem sempre é uma tarefa fácil ou simples, para que isso ocorra os educandos precisam buscar preparação através de estudos e vivências, pondo em prática os conhecimentos adquiridos. O simples fato de escutar o que um aluno com TEA tem para externalizar, já pode ser um facilitador para estratégias futuras de ensino.

As atividades práticas sempre são as mais esperadas pelo aluno, a depender do que é pedido para ser feito, ele é um dos primeiros a se voluntariar para executar o exercício proposto pelo professor, mesmo que a execução não tenha coordenação

motora satisfatória. No decorrer do crescimento, a criança com autismo vai trabalhando diversas habilidades que auxiliam na execução das atividades, porém, algumas delas podem apresentar dificuldades motoras devido aos níveis de comprometimento das funções motoras (DIAS; BORRAGINE, 2020). A inclusão de alunos com deficiência dentro das aulas práticas de educação física surtirá efeitos positivos quando se trabalhar, principalmente, interação social, relacionamento interpessoal, desenvolvimento das funções motoras e autonomia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos revelaram que a grande maioria dos professores não têm preparo para desenvolver atividades que incluam o aluno com deficiência nas aulas e que o tire da ideia de ser apenas um ouvinte, e sim um participante como os demais alunos.

No entanto, é importante ressaltar que este trabalho possui algumas limitações. Limitações essas que, pela falta de conhecimento sobre o assunto, faz com que o professor prefira não encarar o contexto do seu aluno, fato que o coloca em uma situação vulnerável, já que o educando não receberá a devida atenção e acompanhamento do que precisa por parte do professor. Os autores desta pesquisa destacam que essa questão deve ser trabalhada pelos professores que têm em suas turmas alunos com deficiência, pois as aulas de educação física podem ser um marco de vivências e experiências que irão impactar de forma direta e/ou indireta na vida desses alunos.

Diante disso, sugere-se que futuros estudos se aprofundem mais a respeito do tema para que o presente assunto não seja algo desconhecido pelos docentes, e que investiguem novas perspectivas e considerem abordagens alternativas para que o profissional de educação física possa ter um olhar diferente para o aluno com deficiência.

Por mais que a temática abordada nesta pesquisa tenha se tornado mais visível na atualidade, os autores constataram que na realidade a inclusão ainda não acontece de modo satisfatório, levando em consideração que muitas vezes os alunos são apenas inseridos no ambiente escolar e não recebem a devida atenção para que aconteça de modo efetivo a inclusão deles. Portanto, deve ser lembrado

que a inclusão parte das ações do professor, sendo dever do docente contribuir positivamente para o desenvolvimento do seu aluno, tanto nos aspectos individuais como sociais.

REFERÊNCIAS

ADURENS, F. D. L.; VIEIRA, C. M. **Concepção de professores sobre a inclusão do aluno com autismo: uma pesquisa bibliográfica.** 2019. Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento, [S. l.], v. 18, n. 2, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica em Cursos de Nível Superior.** Seção 1, p 31. 2001. Disponível em: [Parecer CNE/CP nº 9/2001, aprovado em 8 de maio de 2001](#) Acesso em: 25 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política nacional da pessoa portadora de deficiência.** 1ª Edição. Brasília: editora do ministério da saúde, 2008. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_pessoa_deficiencia.pdf Acesso em: 25 out. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 25 out. 2023.

DIAS, H. L. A. B.; BORRAGINE, S. O. F. A inclusão de crianças autistas nas aulas de Educação Física escolar. **Revista Expressão Da Estácio**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 1–12, 2020.

FERREIRA, E. F. **Habilidades sociais e deficiência intelectual: influência de um programa de educação física baseado na cultura corporal.** 2014. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, 2014.

GREGUOL, M.; MALAGODI, B. M.; CARRARO, A. Inclusão de alunos com deficiência nas aulas de educação física: atitudes de professores nas escolas regulares. Marília, v.24, n.1, p.33-44, **Revista brasileira de educação especial.** Jan-Mar, 2018

IBGE. PSN 2019: país tem 17,3 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência. Editoria: Estatísticas Sociais. 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/31445-pns-2019-pais-tem-17-3-milhoes-de-pessoas-com-algum-tipo-de-deficiencia> Acesso em: 24 out. 2023.

KE, X.; LIU, J. Deficiência Intelectual. In Rey Jm (ed), IACAPAP e-textbook of child and adolescent mental health. (Edição em português; Dias S. F., ed). **Genebra:**

Internacional association for child and adolescent psychiatry nas allied professions 2015.

MACEDO, P. C. M. Deficiência física congênita e saúde mental, Rio de Janeiro, v. 11, nº2, **rev. SBPH** dez 2008.

MASINI, E. F. S. A experiência perspectiva é o solo do conhecimento de pessoas com e sem deficiência sensoriais, Moringá, v. 8, nº01. **Psicologia em estudo**, jan-jun 2003.

SANTOS, D. C. O. Potenciais dificuldades e facilidades na educação de alunos com deficiência intelectual. Goiás, v. 38, p. 935-948. **Educação e pesquisa**, dez 2012.

WHO. Relatório mundial sobre a deficiência/world health organization, the world bank; **tradução lexicus serviços linguísticos- São Paulo: SEDPcD**, 2011.